

MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE DOURADOS-MS

MATERIALES DIDÁCTICOS PARA LA ALFABETIZACIÓN EN ESCUELAS INDÍGENAS DE DOURADOS-MS

Rafaela Bayerl de Lima¹

Marta Coelho Castro Troquez²

Resumo: A pesquisa tem como objetivo geral investigar os materiais didáticos voltados para o uso na etapa da alfabetização de crianças em escolas municipais indígenas na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. O estudo fundamenta-se teoricamente nas perspectivas decoloniais a partir de discussões do Grupo Modernidade/Colonialidade e utiliza a pesquisa bibliográfica e documental como procedimentos técnicos da abordagem qualitativa e quanti-qualitativa. Quanto aos resultados, o levantamento apontou para um pequeno número de materiais didáticos diferenciados para alfabetização nas escolas indígenas de Dourados, e identificou que o livro didático adotado pelas escolas indígenas se caracteriza como um material padronizado, contextualizado com a fauna e flora do MS, sem aprofundamentos sobre os diferentes povos ou grupos étnicos habitantes no estado, o que invisibiliza os povos originários.

Palavras-chave: Materiais didáticos. Alfabetização. Educação Escolar Indígena.

Resumen: La investigación tiene como objetivo general investigar materiales didácticos destinados a la etapa de alfabetización de niños de escuelas municipales indígenas de la ciudad de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. El estudio se fundamenta teóricamente en perspectivas descoloniales basadas en discusiones del Grupo Modernidad/Colonialidad y utiliza la investigación bibliográfica y documental como procedimientos técnicos del enfoque cualitativo y cuantitativo. En cuanto a los resultados, la encuesta apuntó a un pequeño número de materiales didácticos diferenciados para la alfabetización en las escuelas indígenas de Dourados, e identificó que el libro de texto adoptado por las escuelas indígenas se caracteriza por ser un material estandarizado, contextualizado con la fauna y la flora de la zona. MS, sin profundizar en los diferentes pueblos o etnias que habitan el estado, lo que invisibiliza a los pueblos originarios.

¹ Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados. Foi bolsista Capes. Email: rafa.bl98@hotmail.com.

² Professora na Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados. Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Email: martatroquez@ufgd.edu.br.

Palabras clave: Materiales didácticos. Literatura. Educación escolar indígena.

Introdução

O estudo da Educação Escolar Indígena no Brasil é marcado por avanços, retrocessos e desafios que acompanham a luta dos povos indígenas. Um dos grandes desafios para esses povos é a manutenção de suas línguas nativas.

Muitas línguas indígenas se perderam com o passar do tempo, sobretudo, diante da sua proibição no processo de colonização do Brasil. Segundo Rodrigues (1993), a projeção inicial de línguas indígenas no Brasil antes das ações genocidas dos europeus, no século XVI, era de aproximadamente 1.078 línguas, das quais, menos de 170 sobrevivem até hoje. (D'Angelis, 2014).

A partir da Constituição de 1988, art. 210, o Estado brasileiro assumiu a proteção e a manutenção das especificidades étnico-culturais dos povos indígenas do território nacional, assegurando o direito e a possibilidade do uso das suas línguas maternas nas escolas. Logo após, foi implementada a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) dedicando os Artigos 78º e 79ª para o ensino dos povos indígenas, determinando o desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa e oferecendo a eles educação escolar bilíngue e intercultural. Assim, para a garantia da especificidade nas escolas bilíngues, eram necessários recursos materiais como dicionários e livros didáticos.

Compreende-se que o uso, a elaboração e a publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados é um direito garantido na educação escolar dos povos indígenas, assim como o uso de suas línguas. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral investigar os materiais didáticos produzidos na língua portuguesa e nas línguas indígenas voltados para o uso na etapa da alfabetização de crianças em escolas indígenas

na cidade de Dourados (MS), e tem como objetivos específicos: a) Discutir a importância do uso de materiais didáticos específicos para o processo de alfabetização; b) Levantar os estudos científicos sobre materiais didáticos para a alfabetização indígena; c) Mapear os materiais usados pelas escolas indígenas em Dourados para a alfabetização das crianças indígenas; d) Comparar a quantidade de materiais didáticos diferenciados/específicos nas línguas indígenas e na língua portuguesa disponíveis e utilizados nas escolas estudadas; e) Analisar, de forma aprofundada, a natureza e a caracterização dos materiais selecionados.

Para o alcance dos objetivos, adotamos como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa e quanti-qualitativa e os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica para fazer o levantamento de materiais didáticos; usamos também a pesquisa documental com privilégio às orientações de Cellard (2014).

Além disso, como base teórica-epistemológica, utilizamos autores que compreendem a decolonialidade como uma luta viva e necessária para a superação da colonialidade. Nesse contexto, procurou-se dialogar com autores cujas visões permeiam a de(s)colonização global e a emancipação dos povos nativos, e os que defendem intervenções a partir da interculturalidade crítica, em especial no âmbito educacional.

Até o momento, foi realizado o Levantamento Sistemático da Literatura, o levantamento quanti-qualitativo de materiais didáticos para a alfabetização em 05 escolas indígenas da cidade de Dourados-MS, e a análise de 01 livro didático. A seguir, será feita uma breve discussão teórica-epistemológica sobre a temática da pesquisa e, adiante, serão apresentados os resultados alcançados.

Materiais didáticos diferenciados como um instrumento decolonial

Os povos indígenas, a partir da CF de 88, e da LDBEN (1996) passaram a ter

direito ao ensino diferenciado, com material didático específico, calendário diferenciado e corpo docente indígena.

No entanto, segundo Vilarim; Rodrigues; Martins (2022), a ausência e precariedade desses materiais ainda é um problema nas escolas indígenas, o que dificulta o processo de alfabetização nas escolas indígenas.

O uso de materiais didáticos diferenciados toma grande proporção no processo de ensino-aprendizagem da alfabetização indígena, uma vez que não restringe seu papel ao auxílio e orientação educacional, mas também assumem a função de preservar e registrar a língua indígena, valorizando a cultura e especificidade de cada povo e comunidade indígena.

A importância didática-pedagógica desses materiais se dá, também, no apoio ao currículo diferenciado das escolas indígenas, como consta no Referencial Curricular para Professores Indígenas de 2002. Além disso, quando os materiais são elaborados a partir dos próprios professores indígenas, eles obtêm a função de registrar, sistematizar, valorizar e divulgar aspectos culturais próprios de um determinado povo ou “apropriados à dinâmica das relações interculturais” (Brasil, 2002), incentivando e contribuindo com o uso oral e escrito das línguas indígenas.

Há, todavia, a preocupação com os materiais didáticos elaborados na língua portuguesa que são utilizados nas escolas indígenas, principalmente em relação ao livro didático, tendo em vista que, segundo Mancini e Troquez (2009), esse artefato, construído historicamente a partir da visão europeia, pode apresentar um discurso estereotipado, reproduzindo preconceitos e generalizações sobre a temática indígena, atuando como um instrumento educacional colonial.

Dessa forma, ao compreender o material didático específico como recurso fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e do fortalecimento da língua indígena, o qual também é garantido legalmente, torna-se fundamental incentivar a

criação e a continuidade de programas de elaboração e produção de materiais didáticos específicos de qualidade que respeitem e valorizem as culturas indígenas, alcançando as instituições de ensino específicas e diferenciadas, assegurando o direito de todo grupo étnico de aprender a sua própria língua, e atuando, assim, como um instrumento decolonial.

Mignolo (2007) nos traz a perspectiva da colonização como consequência da expansão europeia, pois, para “modernizar” uma cultura, povo e/ou país, era preciso dominá-lo. Nesse contexto, Quijano (1992) compreende o colonialismo como a dominação direta política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Assim, o colonialismo, no sentido do sistema de dominação formal, é muitas vezes associado ao passado. No entanto, quando nos referimos sobre a colonialidade, estamos falando sobre o modo de dominação que prevalece até os dias atuais de forma generalizada, uma vez que o colonialismo no sentido de uma ordem política explícita já foi destruído (Quijano, 1992).

Dessa maneira, entendemos que a colonialidade, no sentido de dominação, subalternização, e silenciamento dos povos indígenas, permanece nos dias atuais, estando presente em discursos, símbolos e instrumentos cotidianos, como por exemplo, num material didático que estereotipa os povos indígenas, ou num currículo escolar indígena que não permite ou incentiva a vivência e uso de suas próprias línguas.

Nesse sentido, enfatizamos a importância e necessidade de adotar a postura teórico-política decolonial como meio para a superação da colonialidade. Segundo Maldonado-Torres (2018) a decolonialidade está enraizada em um giro decolonial, ou seja, em tomar um afastamento da modernidade/colonialidade, utilizando meios em que os indivíduos antes silenciados, possam ser falados e ouvidos, atuando, mais especificamente, no giro epistemológico decolonial, como teóricos, intelectuais, pensadores, produtores de conhecimento.

Por essas razões, a pesquisa implica em defender e incentivar a elaboração de materiais didáticos específicos de acordo com a comunidade indígena e diferenciados de acordo com a cultura dessas comunidades, para que, em sua educação, eles tenham autonomia, liberdade e condições de implementarem a Educação Escolar a partir de suas próprias epistemologias.

Métodos e discussão

Primeiramente, fizemos um levantamento de estudos acadêmicos nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Revista Tellus, Periódicos Capes e Portal de Teses e Dissertações Capes, referentes aos materiais didáticos utilizados no processo de alfabetização de crianças nas escolas indígenas do Brasil. A pesquisa foi realizada a partir da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) de estudos que abordam questões relacionadas aos materiais didáticos utilizados para o ensino da alfabetização no contexto das escolas indígenas.

A combinação dos descritores e operadores booleanos utilizados em todas as pesquisas foram as seguintes: “matéria* AND indígena*”; “matéria* AND indígena* AND alfabetização”; “livro AND alfabetização AND indígena”; “alfabetização AND indígena”; e “livro AND indígena. Ainda, em relação às técnicas da pesquisa, foi utilizado também o recurso asterisco (*) para a inclusão das palavras derivadas ou plurais, podendo então, a partir do descritor “matéria*”, por exemplo, ser encontrado trabalhos com os termos materiais; materialidade; material.

Inicialmente, foram localizados 933 resultados, sendo respectivamente 20 da Revista Tellus; 86 da SciELO; 126 do Google Acadêmico; 161 do Periódicos CAPES; e 540 do catálogo de Teses e Dissertações CAPES. Após a filtragem dos resultados a partir dos critérios de exclusão, restaram 20 trabalhos para serem analisados.

Os resultados permitiram verificar que até o ano de 2009 não haviam publicações específicas referentes ao tema, e, aos poucos, houve uma ascensão dessa temática, chegando ao ano de 2020 com 04 trabalhos publicados. Apesar do aumento do interesse no estudo do tema, é possível considerar que a quantidade de trabalhos é muito insipiente, denuncia uma lacuna e justifica o investimento em mais estudos e pesquisas.

Observamos, também, que as pesquisas identificaram um número significativo de materiais na língua portuguesa distribuídos pelo PNLD, mas poucos materiais didáticos diferenciados em línguas indígenas, o que resulta em dificuldades na alfabetização nas línguas indígenas e favorece os processos de alfabetização na língua portuguesa a partir de materiais homogeneizantes e, muitas das vezes, veiculadores de preconceitos e estereótipos.

Além dos preconceitos e estereótipos, outro problema destacado nos estudos em relação aos materiais em língua portuguesa produzidos, é o cunho religioso, integrador e colonizador. Por conta disso, a importância dos materiais didáticos específicos vai muito além de ser um instrumento educacional, mas ele deve ser também um instrumento de descolonização e de fortalecimento linguístico e cultural.

Os materiais didáticos encontrados escritos nas línguas indígenas que eram direcionados especificamente para o ensino e aprendizado da língua contavam com CDs, jogos, dicionários, cartilhas, e, na maior parte deles, livros didáticos³. Contudo, foram encontrados mais materiais didáticos na língua portuguesa do que nas línguas indígenas. Isto evidencia a urgência da produção de materiais didáticos diferenciados,

³Desde o ano de 2013, as escolas da Reserva Indígena de Dourados participam junto às universidades responsáveis da Ação Saberes Indígenas na Escola (Brasil, 2013). Neste processo, foram elaborados muitos livros nas línguas Kaiowá, Guaraní e Terena, sobretudo, histórias, contos, mitos e outros materiais diferenciados, como CDs, jogos, entre outros. Precisamos aprofundar a pesquisa neste sentido, mas, pelo que observamos até o momento, parece que este material ainda não é apropriado pelos/as docentes como material útil ao processo de alfabetização. Há uma demanda por formação/capacitação no sentido de “como usar o material publicado”.

principalmente para o uso no ensino da alfabetização.

Na etapa seguinte, fomos a campo e utilizamos o levantamento quanti-qualitativo a fim de identificar quantos e quais são os materiais didáticos que as escolas possuem para alfabetizar. Entramos em contato com 05 escolas indígenas da Reserva Indígena de Dourados (RID) para acessar os materiais didáticos referentes à etapa da alfabetização que cada uma possui.

Para preservar a identidade das escolas, optamos por utilizar as letras A, B, C, D e E para nos referirmos às escolas indígenas de Dourados. De antemão, destacamos que tivemos acesso a 4 tipos de materiais didáticos nas escolas: livros/cartilhas, jogos, recursos visuais com finalidade didática e atividades.

Na escola A, tivemos acesso aos materiais coletivos disponíveis para todos os professores utilizarem, sendo 12 jogos de memória sobre cores, animais e partes do corpo na língua Guarani, 1 jogo de alfabeto em português, 06 atividades de alfabetização da língua portuguesa em fichas (desenho de letras, leitura silábica, ficha de textos, rolo de sílabas), e 02 livros da Coletânea MS Alfabetiza (1º e 2º ano).

Desses materiais, foi-nos informado que os livros da Coletânea MS Alfabetiza não são utilizados como materiais didáticos, mas sim, como apoio pedagógico, uma vez que não são adaptados à realidade da Comunidade Indígena da Escola. O restante dos materiais foi produzido pelos próprios professores da escola.

Além disso, foi-nos informado que há outros materiais didáticos para a alfabetização produzidos pelos professores indígenas. No entanto, infelizmente, entramos em contato com os docentes para ter acesso a esses materiais, mas não obtivemos respostas. Dessa maneira, compreendemos que tais materiais são de uso individual, e não coletivos, sendo assim, não estão disponíveis para uso geral da escola.

Na escola B tivemos acesso a: um alfabeto móvel, um jogo de memória na língua Guarani com palavras e desenhos, um jogo de palavras e figuras na língua Guarani, dois

jogos de sílabas para formar palavras em português, um jogo de memória com história na língua portuguesa, um alfabeto na língua indígena com imagens e palavras, fichas de numeração com sua escrita na língua Guarani, um banner silábico na língua portuguesa e um livro didático em processo de finalização nas línguas Guarani e Kaiowá.

Este último material foi feito à mão pela professora alfabetizadora e está sendo produzido em parceria com a Secretaria Municipal, mas não há recursos para sua plastificação e distribuição, dessa forma, o livro é de uso apenas da docente que o desenvolveu.

Na escola C não tivemos acesso a nenhum material didático coletivo específico e diferenciado para a alfabetização. Os materiais que conseguimos acesso foram recursos visuais educativos, como dois alfabetos em português, sendo um deles respectivo ao método fônico, um banner silábico, numeração com sua escrita em português, uma folha solta de atividade para alfabetização e um livro didático da coletânea MS Alfabetiza.

Apesar disso, tivemos a informação de que a escola recentemente começou a trabalhar com a coletânea MS alfabetiza para o ensino da língua portuguesa, no entanto, em determinadas escolas, o seu uso ainda é esporádico e encontra-se em fase de estudo para que os professores possam adotá-lo.

Na escola D tivemos acesso a cinco fichas de sílabas com palavras da língua Guarani (confeccionadas em sala, com os alunos), e quinze fichas de nomes de animais, objetos, comidas, partes do corpo, confeccionados juntamente com os alunos. Também há um alfabeto na língua portuguesa exposto na parede, um alfabeto na língua Guarani, um quadro de vogais na língua Guarani e um quadro de numeração com a escrita na língua Guarani, sendo estes categorizados como fichas visuais educativas.

Na escola E tivemos acesso a dois livros didáticos da coletânea MS alfabetiza, um livro PNLD de Língua Portuguesa, cinco recursos visuais na língua portuguesa como alfabeto, numeração com a escrita, banner silábico, e vogais. Há ainda dois alfabetos

móveis na língua portuguesa, utilizados em momentos lúdicos para atividades e uma ficha de sílabas. Tivemos, também, acesso a quatro jogos de bingo, cruzadinha, memória e sílabas confeccionados pela professora alfabetizadora, três jogos de palavras de tabuleiro e uma caixa de coletânea que contém dez jogos para leitura e escrita em língua portuguesa. Como material diferenciado, nos foi informado o uso de trechos de quatro livros escritos nas línguas indígenas como material de leitura, uma vez que a escola utiliza temáticas específicas para o ensino.

Quadro 01 - Total de materiais didáticos disponíveis nas escolas

MATERIAIS DIDÁTICOS	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	ESCOLA E	TOTAL
Livros/cartilhas	2	1	1	-	7	11
Jogos	13	5	-	-	17	35
Fichas/ recursos visuais	-	2	4	4	5	15
Atividades	6	-	1	20	2	29
TOTAL	21	8	6	24	31	90

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Conforme quadro 01, o total de materiais didáticos disponíveis nas escolas indígenas para a alfabetização é de 90, constituídos por livros/cartilhas (contados por títulos), jogos, fichas ou recursos visuais e atividades. Observamos que há uma maior quantidade de materiais da categoria jogos, seguido por atividades, fichas ou recursos visuais e, por último, os livros/cartilhas.

Em relação à quantidade de materiais de cada instituição, podemos observar no Gráfico 01 que a escola E é a que mais possui materiais didáticos para a alfabetização, seguida pela Escola D, depois Escola A, Escola B e, por último, a Escola C, sendo essa,

então, a que menos possui materiais didáticos para a alfabetização.

Desses 90 materiais, 44 foram produzidos nas línguas indígenas, sendo considerados materiais específicos para a EEI. Detalhamos a quantidade dos materiais, separando novamente por categoria e escola, conforme o quadro 02.

Quadro 02 - Materiais didáticos específicos e diferenciados

MATERIAIS DIDÁTICOS ESPECÍFICOS E DIFERENCIADOS	ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C	ESCOLA D	ESCOLA E	TOTAL
Livros/Cartilhas	-	1	-	-	4	5
Jogos	12	2	-	-	-	14
Fichas/ recursos visuais	-	2	-	3	-	5
Atividades	-	-	-	20	-	20
TOTAL	12	5	0	23	4	44

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

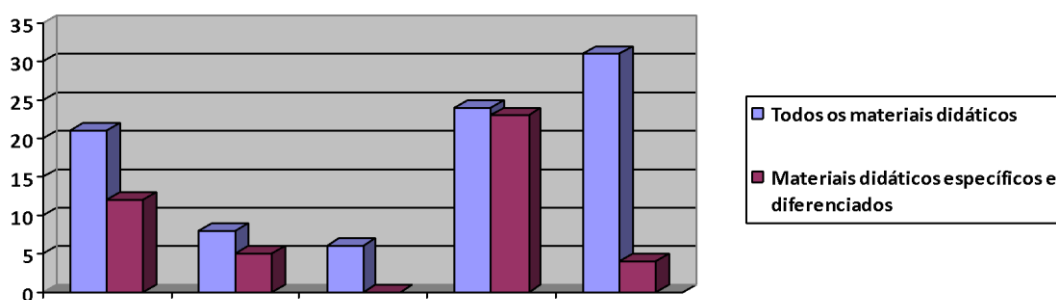
Ao observar o quadro 02, percebemos que a escola D possui um maior número de materiais didáticos específicos e diferenciados ao compararmos às outras instituições, seguida pela Escola A, depois a Escola B, seguida pela escola E, e por último a Escola C, que não possui nenhum material diferenciado para a alfabetização.

Em relação às categorias de materiais didáticos, a escola B possui livro didático diferenciado confeccionado pela por uma alfabetizadora indígena, e a escola E dispõe de 4 livros nas línguas indígenas, os quais, apesar de serem livros de leitura, consideramos na categoria de livros didáticos por seus trechos serem utilizados no ensino da alfabetização, a partir de temáticas específicas. Ainda assim, a categoria de livros/cartilhas é a que mais apresenta ausência de materiais. Há também um baixo número de fichas e recursos visuais educativos nas escolas. Já os jogos e atividades são

as categorias com maior número de materiais.

A partir dessas informações, como demonstramos a seguir no gráfico 01, comparamos a quantidade de materiais didáticos gerais com a quantidade de materiais didáticos específicos e diferenciados de cada escola. Feito isso, a partir dos resultados, pudemos observar que a Escola C não possui nenhum material didático específico e diferenciado para o ensino da alfabetização. Já o restante das instituições possui ambos os materiais para a alfabetização de crianças.

Gráfico 01 – Comparação da quantidade de materiais



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Diante desses dados, em nossa análise final, dos materiais didáticos que tivemos acesso, 46 deles são materiais didáticos escritos na língua portuguesa e 44 são materiais didáticos escritos nas línguas indígenas.

Portanto, com base nessas informações, compreendemos que, apesar de haver poucos materiais didáticos no total, não há uma grande diferença na quantidade final de materiais didáticos diferenciados (em língua indígena) e na língua portuguesa, sendo este último um número um pouco maior. Todavia, quando analisamos o caso particular de cada escola notamos uma grande disparidade entre a quantidade de materiais não diferenciados e diferenciados, conforme o gráfico 1.

Ainda, há uma problemática em relação às línguas indígenas da reserva, pois as escolas atendem crianças de mais de uma etnia, como, os Guarani-Kaiowá (Kaiowá), os Guarani-Nhandewa (Guarani) e os Terena, mas a maioria dos materiais didáticos diferenciados até aqui encontrados, são escritos na língua Guarani. Com isso, percebemos que há predominância do ensino da alfabetização na língua guarani, quando há, não tendo materiais específicos para alfabetização nas línguas dos demais povos que residem a comunidade e estudam nas escolas indígenas.

Devemos destacar que a maioria são jogos e outros materiais e que há apenas um livro artesanal de alfabetização em língua indígena Guarani-Kaiowá usado por uma única docente indígena, e 4 livros de leitura nas línguas indígenas, adaptados para a alfabetização em uma escola.

O livro didático de alfabetização diferenciado vai muito além de um facilitador de ensino-aprendizagem, mas produz significados culturais relevantes e necessários para o ensino de crianças indígenas pois, como afirma Silva (2012, p. 32), os “significados culturais não ficam restritos ao plano das ideias; eles regulam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e consequentemente têm efeitos reais e práticos.”

Como estava presente em praticamente todas as escolas, fizemos uma análise do livro didático (não diferenciado) da Coletânea MS Alfabetiza, material didático do Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança, que tem como finalidade o “estabelecimento de condições necessárias para que os estudantes matriculados nas redes públicas sul-mato-grossenses adquiram o domínio das competências de leitura e escrita adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização” (Mato Grosso do Sul, 2021).

Essa política foi lançada em outubro de 2022 e é fruto de uma parceria com a Fundação Lemann, Instituto Natura, Bem Comum, Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), Assomasul, Undime e Fundação de Apoio e

Desenvolvimento à Educação Básica do Mato Grosso do Sul.

O programa, aderido por 100% dos municípios do MS, ficou responsável por investimentos como a aquisição dos livros didáticos, premiação às escolas com melhores índices de alfabetização, contribuições às escolas com os menores índices, recursos para avaliações anuais pela Secretaria de Educação do MS e bolsas para a formação dos profissionais de educação.

Nesse sentido, o livro MS Alfabetiza se caracteriza como um livro padronizado, estando, atualmente, em todas as escolas públicas que atendem os anos iniciais do estado do MS, elaborado a partir do discurso da necessidade de aumentar os índices de alfabetização brasileira.

Em seu conteúdo, identificamos a preocupação em enfatizar a cultura e características sul-mato-grossenses, especificamente sua fauna e flora, no entanto, não existem conteúdos que abordam as especificidades étnicas-culturais do MS, o que é preocupante, uma vez que o Estado do Mato Grosso do Sul é o terceiro no índice de maior população indígena, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023), somando o total de 116.346 indígenas. Ainda, segundo Chamorro e Combés (2015), há onze povos indígenas assentados em Mato Grosso do Sul, com histórias, línguas e dinâmicas socioculturais muito diversas que não devem ser ignoradas. A saber, os

[...] Terena e Kinikinau, ambos da família linguística arawak; Kaiowa e Guarani, da família linguística tupi-guarani; Kadiwéu, de língua guaikurú; Ofaié (também conhecidos como Ofaié-Xavante) e Guató, do tronco macrojê; Xamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Camba, cada um com uma língua original isolada, que hoje não falam mais”. (Chamorro; Combès, 2015, p. 20).

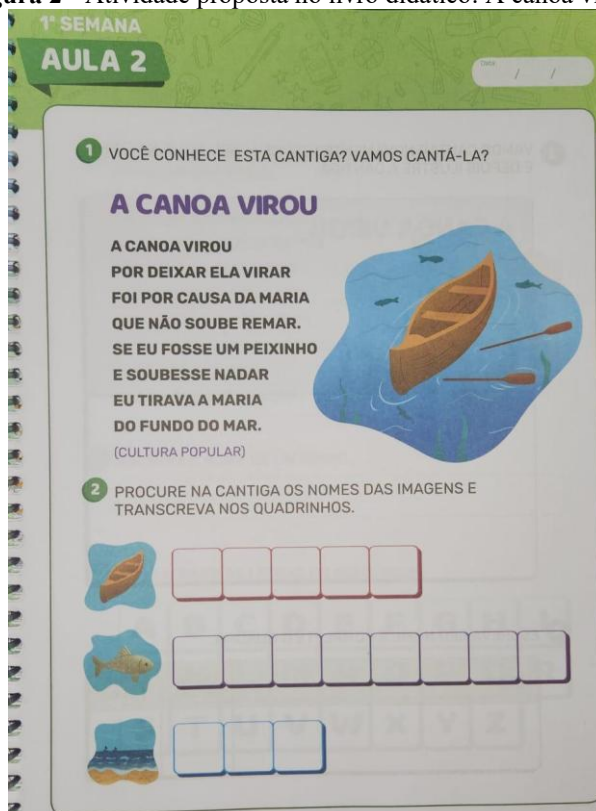
Assim, tomamos como exemplo alguns textos e atividades propostas no livro:

Figura 1- Texto de leitura: Orgulho de ser Sul-Mato-Grossense



Fonte: Foto tirada do Livro MS Alfabetiza pela autora, 2023.

Figura 2 - Atividade proposta no livro didático: A canoa virou



Fonte: Foto tirada do Livro MS Alfabetiza pela autora, 2023.

Nas figuras 1 e 2, percebemos o reconhecimento da diversidade cultural étnica-racial nas ilustrações, porém, não há textos e atividades que abordam tais questões. Nesse caso, enfatizamos a invisibilidade de questões referentes aos povos indígenas no livro adotado, um dos principais estereótipos e preconceitos dos livros didáticos, segundo Machado (2019).

O texto “Orgulho de ser sul-mato-grossense” destaca sutilmente a diversidade cultural no verso: “Vozes acordes e rimas de várias culturas ecoando nas tardes”. Contudo, o texto poético tem o objetivo de enaltecer a unidade e o encanto de ser e estar neste estado, onde tudo parece ser belo, uno e bem acomodado: “Mato Grosso do Sul, juntos uma só voz”. Uma realidade bem distante da vivenciada cotidianamente por muitas crianças indígenas, entre outras, vítimas de uma série de violências desencadeadas, sobretudo, pelas frentes de expansão do processo civilizatório no estado (Troquez, 2015).

No que se refere aos discursos constituídos no livro analisado, tomamos como ponto de partida o entendimento do livro como um artefato cultural. Silva (2012, p. 31) afirma que “o livro didático participa da regulação da vida social, por meio das formas pelas quais ele é representado, das identidades com ele associadas ou por eles produzidas e das articulações entre sua produção e seu consumo”.

Nesse sentido, os livros didáticos são construtores e veículos de ideologias, representações e identidades, influenciando diretamente no desenvolvimento social, cultural e político do aluno. No caso do livro aqui analisado, tomamos como base os conceitos de interculturalidade apresentados por Walsh (2007) e observamos que seus símbolos (imagens) trazem representações de um viés intercultural funcional, manifestado pelo senso de diversidade sem reflexão aprofundada e, ao mesmo tempo, apresenta um viés monocultural por apresentar a construção de uma cultura popular única

do estado de MS, invisibilizando as diferenças étnicas, culturais, linguísticas (entre outras), dadas pelos diferentes povos que habitam o estado do MS.

Desse modo, o livro foi elaborado com a finalidade de a criança adquirir a habilidade de ler e escrever na língua portuguesa e não tem preocupações ou comprometimento com as especificidades e particularidades dos alunos indígenas. Foi adotado pelas escolas indígenas, utilizado preferencialmente como material de apoio, não relata o contexto dos povos indígenas, uma vez que, de acordo o parágrafo IV do Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais das Escolas Indígenas de 2012 (DCNEI) os materiais didáticos devem ser produzidos com a colaboração da comunidade de acordo com o contexto escolar indígena. Nesse sentido, o livro recebido nas escolas indígenas é mais um instrumento colonial, constituído por discursos construídos sem a participação dos povos indígenas e não atende aos pressupostos das diretrizes específicas da educação escolar indígena para as escolas indígenas.

Por outro lado, ao apresentar diversas propostas de atividades relacionadas à fauna e flora do Mato Grosso do Sul, o artefato poderia ser adaptado/contextualizado pelo professor e pela comunidade ao ambiente escolar indígena, ao ser utilizado como livro de apoio para a alfabetização bilíngue de valorização, que teria a língua portuguesa como segunda língua (L2). No entanto, o seu uso contínuo e não adaptado/contextualizado pode trazer prejuízos aos processos de ensino diferenciado e da valorização das línguas, culturas, histórias e valores indígenas.

Considerações finais

Os materiais didáticos são necessários em todo o contexto educacional, mas quando falamos sobre a educação escolar indígena, sua função e importância se expande. No processo da alfabetização, os materiais didáticos específicos e diferenciados para cada

povo, de acordo com a realidade da escola e da comunidade são importantes para o fortalecimento das línguas indígenas e para o processo de ensino-aprendizagem nestas línguas, auxiliando tanto o professor quanto os alunos.

Dito isso, os resultados obtidos com o levantamento dos materiais didáticos para a alfabetização nas escolas indígenas de Dourados - MS nos evidenciam que as escolas possuem, de forma geral, poucos materiais didáticos diferenciados e grande parte dos materiais didáticos encontrados foram produzidos pelos próprios docentes das instituições de ensino.

Tal fato nos faz questionar sobre a circulação de materiais e, mais precisamente, sobre a circulação dos livros didáticos já produzidos por projetos como a Ação Saberes Indígenas. Ainda, devemos problematizar a falta de políticas de incentivo e produção de materiais didáticos para a alfabetização por parte das instâncias responsáveis.

Destacamos na pesquisa a importância do livro didático nas escolas e percebemos nos resultados que a maioria das escolas não possui livros diferenciados para a alfabetização. E, quando a escola possui esse material, ele se caracteriza como um livro padrão, não sendo específico e nem diferenciado. Assim, consideramos que a alfabetização nas escolas indígenas, de forma geral, acontece por meio de atividades e jogos educativos.

Por outro lado, ao comparar a quantidade de materiais produzidos pelos docentes nas línguas indígenas e na língua portuguesa, compreendemos que as escolas, com exceção de uma, se preocupam com as línguas indígenas, pois há um maior número de materiais confeccionados nas línguas indígenas do que na língua portuguesa. Contudo, sendo a Reserva Indígena de Dourados caracterizada como um território multilíngue e, dessa forma, muitas escolas atendem crianças de diferentes povos, não há materiais específicos para todas as línguas, prevalecendo a língua Guarani-Nhandewa.

Em relação ao livro didático da Coletânea MS Alfabetiza, o qual foi adotado pela

maioria das escolas, identificamos a contextualização com a fauna e flora do estado do Mato Grosso do Sul, entretanto, as questões culturais étnicas-raciais só estavam presentes em algumas imagens, mas não no conteúdo. Dessa maneira, podemos afirmar que há uma invisibilização dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul no livro, considerando-o, assim, um instrumento colonial.

Precisamos destacar que os parcos materiais diferenciados encontrados e a cartilha em língua indígena que uma professora elaborou e utiliza em suas aulas, funcionam como instrumentos descolonizadores e como símbolos de resistência e insurgência. Vão abrindo caminhos e brechas para novas possibilidades.

Ressaltamos que há uma lacuna em relação à circulação dos materiais didáticos específicos e diferenciados que são produzidos e distribuídos nas escolas indígenas, reconhecendo sua ausência como um dos empecilhos para a efetivação de uma escola indígena bilíngue, específica e diferenciada. Esta é uma pesquisa inicial e, com certeza, aponta para outras investigações e aprofundamentos.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial Curricular para Professores Indígenas*. Brasília - DF: MEC, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB Nº: 13/2012. *Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena*. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. MEC/SECADI. *Portaria nº. 98, de 6 de dezembro de 2013*. Brasília, DOU de 09/12/2013, nº 238, Seção 1, pág. 28.

CELLARD, A. A análise documental. IN: POUPART, Jean. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

D'ANGELIS, W. da R. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, A. B.; COSTA, F. V. F. da (ed.). *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador, Brasil: EGBA, 2014. p. 93-118

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico 2022. *Censo Demográfico 2022 Indígenas Primeiros resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 14 ago 2023.

MACHADO, A. M. Terena, Guarani, Kaiowá e Guateka: Convivência entre Nós e os Outros. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. (org.). *Reserva Indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos*. 1. ed. São Leopoldo: Editora Karywa, 2019, v. 01, p. 77-94.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. p. 27-54, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

MANCINI, A. P. G.; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena. *Revista Tellus*, Campo Grande, MS, ano 9, n. 16, p.181-208, jan./jun. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. *Secretaria de Estado da Educação. Governo de Mato Grosso do Sul*. Em decisão unânime, ALMS aprova Projeto de Lei que cria Programa MS Alfabetiza, 2021. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/em-decisao-unanime-alsmaprova-projeto-de-lei-que-trata-do-programa-ms-alfabetiza/>. Acesso em: 05 ago 2023.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*. 13(29): 11-20, 1992.

RODRIGUES, A. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Revista D.E.L.T.A.*, 1993, v. 9, n. 1. 1993.

SILVA, Thaise da. *Os “Novos” Discursos sobre Alfabetização em Análise: os livros de 1º ano do ensino fundamental de nove anos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2010)*. 2012. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. *Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005)*. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

VILARIM, P. R.; RODRIGUES, S. P; MARTINS, D. Material didático como ferramenta na transmissão do conhecimento tradicional para os professores Terena. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS*, v. 28, n. 55, p. 194-203, 2022.